

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.579.637 - CE (2019/0271357-2)**

**RELATORA** : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**  
**AGRAVANTE** : **COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ CAGECE**  
**ADVOGADO** : **ANTÔNIO CLETO GOMES - CE005864**  
**AGRAVADO** : **LÚCIA VIANA BESSA NOGUEIRA**  
**AGRAVADO** : **ANTONIO DE ARAUJO VIANA JUNIOR**  
**AGRAVADO** : **LEILA DE ARAUJO VIANA - INVENTARIANTE**  
**AGRAVADO** : **MARIA VIRGILINA DE FRANCISCO VIANA - ESPÓLIO**  
**AGRAVADO** : **GEORGE CANTOR ARAUJO VIANA**  
**AGRAVADO** : **ADRIANO LEGENDRE DE ARAUJO VIANA**  
**AGRAVADO** : **MARILAC DE ARAUJO VIANA**  
**AGRAVADO** : **VANIA VIANA FONTENELE**  
**AGRAVADO** : **RENATO FERNANDES FONTENELE**  
**AGRAVADO** : **NEWTON DE ARAUJO VIANA**  
**ADVOGADO** : **MINERVINO DE CASTRO NETO - CE008162**

**DECISÃO**

Trata-se de Agravo em Recurso Especial, interposto pela COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ, contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, que inadmitiu o Recurso Especial, manejado em face de acórdão assim ementado:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. CONSTITUCIONAL. EXECUÇÃO. SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA. SUBMISSÃO AO REGIME DO PRECATÓRIO. Por se tratar de entidade que presta serviços públicos essenciais (abastecimento de água e coleta de esgoto), a sociedade de economia mista que não compete no mundo dos negócios com pessoas jurídicas privadas ou que teria por objetivo primordial acumular patrimônio e distribuir lucros, insere-se na hipótese da aplicação ao regime de precatórios. AGRAVO CONHECIDO E PROVIDO. DECISÃO REFORMADA" (fl. 571e).

O acórdão em questão foi objeto de Embargos de Declaração (fls. 588/627e), os quais restaram providos, nos seguintes termos:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. DETERMINAÇÃO DE NOVO JULGAMENTO PELO C. STJ. OMISSÃO QUANTO A ANÁLISE DA ALEGAÇÃO DE PRECLUSÃO CONSUMATIVA DO FUNDAMENTO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO.

MATÉRIA REFERENTE AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA PELA EMBARGADA QUE FOI OBJETO DE DECISÃO NÃO RECORRIDA EM TEMPO E MODO, TENDO SOMENTE SIDO VERGASTADA APÓS A DECISÃO PROFERIDA EM PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO. MATÉRIA ACOBERTADA PELO MANTO DA PRECLUSÃO E QUE NÃO PODERIA SER CONHECIDA EM SEDE DE AGRAVO.

1. Verifica-se que a decisão de fls. 876 dos autos originais, que determinou o cumprimento de sentença pelo rito do então vigente art. 475, não foi impugnada no tempo e modo devido, tendo sido apenas objeto de pedido de reconsideração, o qual também foi indeferido às fls. 1001/1003.

2. Destaca-se, ainda, que a decisão recorrida foi tirada em face de embargos de declaração que na origem somente questionou a forma da partilha do crédito executado, entendendo que não houve renovação de prazo para a CAGECE contestar a forma do pagamento.

3. Observa-se, assim, que a matéria ventilada no Agravo de Instrumento oposto pela CAGECE, realmente encontrava-se acobertada pelo manto da preclusão consumativa, motivo pelo qual não poderia sequer ser conhecida, quem dirá provida.

EMBARGOS CONHECIDOS E PROVIDOS COM EFEITO MODIFICATIVOS PARA RECONHECENDO A PRECLUSÃO CONSUMATIVA DO PEDIDO RECURSAL NÃO CONHECER DO AGRAVO DE INSTRUMENTO" (fl. 788e).

Nas razões do Recurso Especial, interposto com base no art. 105, III, **a**, da Constituição Federal, a parte ora agravante sustenta que, "levando em consideração a existência de monopólio natural do serviço prestado pela CAGECE, (...) é descabida a aplicação da regra prevista no art. 525 do CPC, devendo ser aplicada à CAGECE a regra do precatório prevista no art. 535 do CPC e art. 100 da CF/88" (fl. 803e).

Por fim, requer o provimento do recurso.

Contrarrazões a fls. 841/850e.

Inadmitido o Recurso Especial (fls. 866/869e), foi interposto o presente Agravo (fls. 875/883e).

Contraminuta a fls. 896/906e.

A irresignação não merece prosperar.

Quanto à alegada ofensa ao art. 535 do CPC/2015, o Recurso Especial não ultrapassa a admissibilidade, ante o óbice da Súmula 282 do Supremo Tribunal Federal ("É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão

federal suscitada").

Isso porque, para que se configure o prequestionamento, não basta que o recorrente devolva a questão controvertida para o Tribunal, é necessário que a causa tenha sido decidida à luz da legislação federal indicada, bem como seja exercido juízo de valor sobre os dispositivos legais indicados e a tese recursal a eles vinculada, interpretando-se a sua aplicação ou não ao caso concreto.

Nesse contexto, por simples cotejo das razões recursais e os fundamentos do acórdão, percebe-se que a tese recursal vinculada ao dispositivo tido como violado não foi apreciada no voto condutor, sequer de modo implícito, não tendo servido de fundamento à conclusão adotada pelo Tribunal de origem. A propósito:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO DO RECURSO. SÚMULA N. 284 DO STF. PREQUESTIONAMENTO. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SUMULA N. 7 DO STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. A deficiência na fundamentação do recurso, de modo a impedir a compreensão da suposta ofensa ao dispositivo legal invocado, obsta o conhecimento do recurso especial (Súmula n. 284/STF).

**2. A simples indicação dos dispositivos legais tidos por violados, sem que o tema tenha sido enfrentado pelo acórdão recorrido, obsta o conhecimento do recurso especial, por falta de prequestionamento, a teor da Súmula n. 282 do STF.**

3. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos ou interpretação de cláusula contratual, a teor do que dispõem as Súmulas n. 5 e 7 do STJ.

4. No caso dos autos, a modificação das conclusões do acórdão recorrido, a respeito da conduta protelatória do agravante, para fins de afastamento da multa por litigância de má-fé, demandaria análise do conteúdo fático dos autos.

5. Agravo interno a que se nega provimento" (STJ, AgInt no AREsp 273.612/RJ, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, DJe de 23/03/2018).

Ademais, a Corte de origem, ao analisar a controvérsia, asseverou que:

"Bem examinados, trata-se de novo julgamento, determinado pelo C. STJ face a ausência de análise do pedido de reconhecimento de preclusão consumativa da matéria aventada no Agravo de Instrumento sobre a impossibilidade de submissão do débito oriundo de desapropriação indireta da CAGECE ao sistema de precatório, dos embargos de declaração oposto em face do r. Acórdão que deu provimento ao Agravo de Instrumento e determinou a submissão do débito objeto de cumprimento de sentença ao sistema de precatórios.

(...)

No caso em apreço, assiste razão a embargante, verifica-se que **a decisão de fls. 876 dos autos originais, que determinou o cumprimento de sentença pelo rito do então vigente art. 475, não foi impugnada no tempo e modo devido, tendo sido apenas objeto de pedido de reconsideração, o qual também foi indeferido às fls. 1001/1003.** Destacando-se, ainda, que **a decisão recorrida foi tirada em face de embargos de declaração que na origem somente questionou a forma da partilha do crédito executado, entendendo que não houve renovação de prazo para a CAGECE contestar a forma do pagamento.**

Desta feita, observa-se que **a matéria ventilada no Agravo de Instrumento oposto pela CAGECE, realmente encontrava-se acobertada pelo manto da preclusão consumativa, motivo pelo qual não poderia sequer ser conhecida, quem dirá provida"** (fls. 789/790e).

Entretanto, tais fundamentos não foram impugnados pela parte recorrente, nas razões do Recurso Especial. Portanto, incide, na hipótese, a Súmula 283/STF, que dispõe: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles".

A propósito:

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. AÇÃO REVISIONAL CUMULADA COM REPETIÇÃO DE INDÉBITO. ART. 535 DO CPC/1973. VIOLAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. FUNDAMENTO SUFICIENTE. IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA. AUSÊNCIA. SÚMULA Nº 283/STF. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. FASE LIQUIDAÇÃO. POSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 568/STJ.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 1973 (Enunciados Administrativos nºs

2 e 3/STJ).

2. Não há falar em negativa de prestação jurisdicional se o tribunal de origem motiva adequadamente sua decisão, solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entende cabível à hipótese, apenas não no sentido pretendido pela parte.

**3. A ausência de impugnação de um fundamento suficiente do acórdão recorrido enseja o não conhecimento do recurso, incidindo o enunciado da Súmula nº 283 do Supremo Tribunal Federal.**

4. É possível a fixação de honorários advocatícios na fase de liquidação de sentença com caráter contencioso. Precedentes.

5. Agravo interno não provido" (STJ, AgInt no AREsp 864.643/PR, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe de 20/03/2018).

Ante o exposto, com fulcro no art. 253, parágrafo único, II, **a**, do RISTJ, **conheço** do Agravo, para **não conhecer** do Recurso Especial.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES  
Relatora